

Desenvolvimento e evolução da medicina de família dentro da saúde suplementar

Angela Corso¹

Gustavo Henrique Nicoletti Dalle Cort²

Maria Clara Chirnev³

Nayumi Toyoda⁴

Vitória De Conti Lopes⁵

1-5 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.*endereço para correspondência e-mail: gustavohndallecort@gmail.com

Introdução

A Medicina de Família e Comunidade (MFC) no Brasil tem sua origem na década de 1970, com foco em oferecer cuidados universais, integrais, contínuos e centrados no indivíduo, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS). A partir dos anos 2000, a atuação do profissional de MFC se expande para o setor privado por meio de incentivos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à adoção de estratégias similares às APSs por planos. Assim, a MFC se insere em um novo espaço de atuação diametralmente oposto ao seu locus de origem, sendo importante a análise desse fenômeno e repercussões para a especialidade.

Objetivos

Analisar a inserção e o papel do Médico de Família e Comunidade no cenário da saúde suplementar e suas implicações.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no formato de revisão de literatura, utilizando o Google Scholar, SciELO e Periódicos CAPES, e os descritores Medicina da Família e Comunidade e Saúde Suplementar. Os artigos que resultaram dessa busca foram lido e analisados.

Resultados

A implementação da APS nos serviços de saúde suplementar no Brasil se iniciou em 2003, e se ampliou nos últimos anos, devido principalmente à capacidade da APS de reduzir encaminhamentos e exames complementares. Apesar disso, a atuação da APS como pensada para o SUS, com participação ativa da comunidade, práticas integrativas e longitudinalidade, é pouco praticada na saúde suplementar, já que nesta há um foco mercantil. Outra problemática levantada foi que a contratação de médicos com especialidade em MFC por planos de saúde aumenta o déficit desses profissionais no sistema público.

Conclusão

A inserção da MFC na saúde suplementar revela desafios e adaptações significativas, como a redução do enfoque comunitário e integrativo característico do SUS. Além disso, a migração de médicos para o setor privado ressalta a importância de estratégias para evitar a escassez de profissionais no sistema público.

Palavras-chave: Medicina da Família e Comunidade; Saúde Suplementar; Estratégias de Saúde Nacionais

Referências

Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). Manual de certificação de boas práticas em atenção primária à saúde de operadoras de planos privados de assistência à saúde. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Saúde Suplementar; 2019.

Ministério da Saúde (Brasil). Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. 22 set 2017; seção 1.

Jose A. *et al.* Atenção primária na saúde suplementar brasileira: estudo qualitativo em planos de saúde. Revista de APS. 2022; 24(4).

Linhares I. Qual família e qual comunidade? Reconfigurações da Medicina de Família e Comunidade na saúde suplementar. Trabalho, Educação e Saúde. 2023; 21.

Machado HSV, Melo E A, Paula LGN. Medicina de Família e Comunidade na saúde suplementar do Brasil: implicações para o Sistema Único de Saúde e para os médicos. Cadernos de Saúde Pública. 2019; 35(11).

SESTELO, J. A. F.; SOUZA, L. E. P. F.; BAHIA, L. Saúde suplementar no Brasil: abordagens sobre a articulação público/privada na assistência à saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. 2013; 29(5): 851–866.